

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 239/1998 de 10 de Dezembro

de 10 de Novembro

Considerando que a população escolar do concelho da Lagoa, designadamente no que concerne ao numero de alunos matriculados, ao nível do 2.º e 3.º ciclos, teve um aumento, nos últimos dez anos de 22,1% e que, naquele período a oferta de salas de aula não se alterou com o conseqüente aumento das taxas de ocupação.

Considerando a necessidade de melhorar as condições de ensino no concelho, ao nível do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, atendendo que o actual estabelecimento de ensino se encontra repartido em duas secções distando entre si cerca de 2 km, o que se traduz em deseconomias de recurso humanos, materiais e financeiros, sendo que uma das secções funciona no Convento dos Frades, que é um edifício adaptado, com varias limitações, sendo inexistentes as estruturas para a pratica da disciplina de educação física.

Considerando a necessidade de implementar o ensino secundário no concelho da Lagoa (10.º ao 12.º ano), cuja população tem de se deslocar para Ponta Delgada, com os inerentes custos para os agregados familiares e para a Administração Regional, nomeadamente com os transportes escolares.

Considerando, ainda, que a construção da nova escola, permitira descongestionar os estabelecimentos de ensino da cidade de Ponta Delgada onde é ministrado o ensino secundário, os quais apresentam taxas de ocupação elevadas (Antero de Quental: 133,5%; Domingos Rebelo 114,5% e Laranjeiras: 146,5%).

Considerando que no âmbito de uma política que garanta um efectivo acesso dos jovens ao ensino e garanta um desenvolvimento integrado da Região, apenas os concelhos de Lagoa, Vila Franca do Campo e Corvo não possuem ensino secundário.

Considerando, também, a boa localização dos terrenos, cujo acesso a escola projectada confronta com a Estrada Regional, sendo servidos por transportes públicos regulares.

Considerando, ainda, a inexistência, na zona pretendida, de outros terrenos com as dimensões necessárias a construção da escola projectada para o concelho da Lagoa.

Considerando que a realização da empreitada de construção da escola secundaria da Lagoa - São Miguel se encontra já adjudicada, sendo indispensável ao inicio da obra a imediata posse dos terrenos necessários para o efeito, de modo a que decorrendo a sua execução no prazo previsto de dois anos, a escola possa funcionar a partir do ano lectivo de 2000/2001.

Assim nos termos do n.º 4 do artigo 65.º da Constituição, do artigo 60.º, alínea bb), do Estatuto Politico-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e dos artigos 12.º e seguintes do Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro e do artigo 71.º da Lei n.º 2/ 92, de 9 de Março, o Governo Regional resolve o seguinte:

Declarar a utilidade publica da expropriação dos terrenos indicados na planta anexa e a seguir discriminados, destinados a construção da escola secundaria da Lagoa - São Miguel:

- Prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º1217.º e inscrito na matriz respectiva sob o artigo 66.º secção N, propriedade de Jorge Gago Câmara Riley Mota Faria, com a área total a expropriar de 6560 m2, com o valor, para efeitos de indemnização, de 3 280 000\$.

- Prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 582.º e inscrito na matriz respectiva sob o artigo 67.º secção N, propriedade de Maurício Eugênio Ataíde da Câmara Velho Cabral, com a área total de 13.900 m2, e a parcela a expropriar com a área de 4280 m2, com o valor, para efeitos de indemnização, de 2 140 000\$.

- Prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º1135.º e inscrito na matriz respectiva sob o artigo n.º 123.º secção N, propriedade inscrita, em comum e sem determinação de parte ou direito, de Eduarda de Melo Soares, José de Melo Soares, Maria de Guilhermina Melo Soares, Maria lida de Melo Soares, Maria de Lurdes Melo Soares e Julieta Maria de Melo Soares Barbosa, com a área total a expropriar de 3400 m2, com o valor, para efeitos de indemnização, de 11 395 000\$.

- Prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1445.9 e inscrito na matriz respectiva sob o artigo 133 da secção N, propriedade de Companhia de Fabricas Cerâmicas Lusitânia, SARL, com a área total de 34680 m2 e parcela a expropriar com a área de 21480 m2, com o valor, para efeitos de indemnização, de 10 900 000\$.

- Prédio rústico, inscrito na matriz respectiva sob o artigo 130.º da secção N, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa, propriedade de Dinis Sotto Mayor Machado Faria e Maia, com a área 10.400 m2 e a parcela a expropriar com a área de 2700 m2, com o valor, para efeitos de indemnização, de 1 350 000\$.

- Prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1136.º e inscrito na matriz respectiva sob o artigo n.º 1817.º, propriedade de António Manuel do Rego Vital, composto por casa de moradia com a superfície coberta de 75 m2, uma garagem com 32 m2 e quintal com 699 m2, com o valor, para efeitos de indemnização, de 24 000 000\$, com os seguintes ónus inscritos: duas hipotecas a favor do Banco Comercial dos Açores. - Prédio urbano, composto por uma casa baixa,

telhada, com a superfície coberta de 101 m2, dependência 15 m2, quintal 2.134 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1137 e inscrito na matriz respectiva sob o artigo n.º 1747, propriedade de Carlos Manuel Rego Barbosa, com a área total de 2250 m2 e a parcela a expropriar (pomar) de 1500 m2, com o valor, para efeitos de indemnização, de 14 780 000\$, com os seguintes ónus inscritos: duas hipotecas, uma a favor da União de Bancos Portugueses e outra da Caixa Geral de Depósitos.

2. Atribuir carácter urgente a expropriação dos referidos terrenos, autorizando a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos a tomar Posse Administrativa dos mesmos, já que tal acto se considera indispensável a imediata concretização da obra.

Aprovada em Conselho do Governo, Ponta Delgada, 16 de Novembro de 1998.

O Presidente do Governo, Carlos Manuel Martins do Vale César.

